

## **Resumo discussão de temas prioritários CTPOAR (bacias críticas, outorga sazonal e revisão da Resolução nº 16).**

- 99ª reunião

Bacias Críticas: Apresentação **Alan Vaz Lopes**, que relatou a realização de reuniões entre o Presidente da ANA, o Diretor da área de regulação e Diretores de outros departamentos, bem como com o Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do MMA, que resultaram na proposta apresentada. Também foram mencionadas as contribuições enviadas pelo DAEE.

Definiu-se que as próximas exposições pautadas serão: implementação de outorga em bacias e corpos hídricos considerados críticos em Minas Gerais, por representante do IGAM; PCHs na bacia do rio Paraguai, por representante do FONASC-CBH; e utilidade pública e interesse social da agricultura irrigada, por representante do Ministério da Integração Nacional.

- 100ª reunião

Bacias Críticas: Apresentação IGAM (**Thiago Santana**) sobre a emissão das Declarações das Áreas de Conflitos.

- 101ª reunião

Bacias Críticas: O diretor do Departamento de Recursos Hídricos do MMA, prestou esclarecimentos sobre os procedimentos para publicação das deliberações do CNRH após sua aprovação pelo Plenário. Devido à preocupação com o respeito às competências de cada ente federativo, existiria uma certa apreensão na Secretaria de Recursos Hídricos quanto ao texto atual da proposta de Resolução que trata de bacias críticas. Houve solicitações para que, antes de dar continuidade às discussões, fosse realizada uma oficina ou reunião que incluísse os demais órgãos gestores para aprimoramento da minuta antes da aprovação pela CTPOAR e encaminhamento à CTIL.

- 105ª reunião

Seminário “Outorga e Alocação e Água em Bacias Críticas”

*Relatório contendo as discussões*

Outorga sazonal e coletiva: O **Sr. Pedro Emílio Pereira Teodoro (Ministério da Integração Nacional)** sugeriu que fosse criado um Grupo de Trabalho para discutir dois assuntos que, ao seu ver, foram recorrentes no seminário, que foram a outorga sazonal e a outorga coletiva. Com relação a outorga sazonal, existe uma demanda do Ministério

de Integração Nacional, inclusive propôs discutir uma minuta que 162 está em desenvolvimento no MI. O **Sr. Antonio de Oliveira Junior** comentou que o ES possui a outorga coletiva instituída por instrução do órgão gestor, mas que é necessário que o CNRH normatize, ao menos com critérios gerais, e identifique procedimentos para que o órgão gestor possua uma segurança técnica do que é criticidade em bacias.

O Sr. **Luiz Henrique Pinheiro Silva**, falando em relação à sugestão de elaboração de uma resolução sobre a outorga sazonal, indicou que não vê a necessidade de diretrizes gerais do CNRH, pois alguns estados, como o Mato Grosso, e a própria ANA já o fazem. A seu ver, o ideal é que os estados passem a migrar para a outorga sazonal.

Foi tomado como encaminhamento que a minuta de resolução sobre bacias críticas será retomada para dar continuidade à elaboração da proposta, considerando as contribuições absorvidas do seminário, registrados no relatório elaborado pela ANA.

- 109ª reunião

Bacias Críticas: Após leitura dos resultados do seminário, os membros passaram a discutir os encaminhamentos para a matéria.

O representante da ANA considerou necessário deixar os estados e a ANA consolidarem suas experiências para depois avaliar uma proposta de resolução no âmbito nacional. Outros membros julgaram pertinente iniciar a discussão dos conceitos de bacias críticas, e entendem que o conceito de criticidade sobre demanda e disponibilidade hídrica está incluindo também a qualidade, pois o balanço hídrico converte a qualidade em quantidade.

Tomou-se como encaminhamento que para a próxima reunião da CTPOAR os membros irão reler o Relatório Síntese do seminário sobre bacias críticas, assim como serão enviadas pela Secretaria Executiva todas as apresentações anteriores na CTPOAR e do Seminário para que os membros possam rever as diretrizes e conceitos já discutidos para tomada de decisão e encaminhamento do assunto: dar continuidade ou não a uma proposta de resolução sobre bacias críticas.

Outorga sazonal: o **Sr. Pedro Emílio (Ministério da Integração-MI)** comentou a proposta de resolução enviada à CTPOAR, esclarecendo que a intenção do MI não é uma resolução específica para irrigação, e sim afirmar a importância da outorga sazonal, seja qual for o uso pretendido, para otimizar o uso de recursos hídricos.

O **Sr. Luiz Henrique** comentou que a ANA já vem emitindo outorgas com dados de disponibilidade hídrica relativos a cada mês, portanto observando a sazonalidade. A seu ver, é preciso refletir se realmente é necessária uma proposta de resolução, ou um outro instrumento que recomende às autoridades outorgantes considerarem a sazonalidade.

O **Sr. João Clímaco** falou que é a favor da proposta de resolução, e que nela deve estar bem estabelecido o processo de reservas sazonais de água, ou seja, possibilidade de armazenamento no período chuvoso para uso no período seco.

Após estas colocações, a presidente da Câmara passou para a leitura da proposta de resolução encaminhada pelo MI. Foram realizadas algumas modificações no texto original, algumas relacionadas a procedimentos já estabelecidos pela **Resolução nº 16**. O **Sr. Luiz Henrique** comentou que a Resolução nº 16, que trata das diretrizes gerais de outorga para o País, já está vigente há 15 anos e que precisa ser revisada, e questionou o representante do MI se não seria melhor colocar esforços para revisar a resolução nº 16, incluindo a proposta de outorga sazonal, pois a seu ver, a proposta trazida pelo MI poderia ser reduzida a dois ou três artigos, pois os demais já estão contemplados em normativos legais ou infra legais. O representante do MI concordou com a proposta da ANA, e solicitou aos **representantes da CTPOAR que indiquem como prioridade para o CNRH a revisão da Resolução nº 16, o que seria interessante para todos os usuários de recursos hídricos**. Houve um consenso entre os membros da importância de revisar a Resolução nº 16, e a ANA ficou responsável por propor oficialmente o tema como prioritário ao CNRH. Como encaminhamento ficou decidido que a CTPOAR irá aguardar a definição dos temas prioritários pelo CNRH e que só após essa definição a câmara técnica retomará as discussões da outorga sazonal no âmbito da revisão da Resolução nº 16. O **Sr. Antônio de Oliveira Junior (AGERH/ES)** ficou responsável por elaborar uma minuta de Nota Técnica a ser enviada futuramente ao Conselho para respaldar a revisão da Resolução nº 16.

- 110ª reunião

Bacias Críticas e revisão da Resolução nº 16: O **Sr. Thiago Figueiredo Santana** perguntou se a ANA acha que seria possível que a **revisão da resolução nº 16/2001 poderia abarcar não só a questão da outorga sazonal, mas também a outorga em bacias críticas**, obtendo como resposta do Sr. Luiz Henrique que poderia sim ser também contemplada na revisão da Resolução nº 16/2001, mas que primeiramente a CTPOAR deveria discutir melhor os conceitos discutidos no Seminário de Bacias Críticas, destacando a questão da flexibilidade das vazões de referências, culminando com as disponibilidades de alguns setores usuários em flexibilizar os riscos de desabastecimento.

O **Sr. João Clímaco** alertou para o conceito de criticidade que saiu do seminário de bacias críticas, falando que o que foi apresentado durante o evento foi essencialmente a criticidade por demanda (quantidade) e que a discussão deve avançar mais na questão da criticidade por qualidade da água.

Como encaminhamento a CTPOAR listou os seguintes temas para discussão conceitual durante as próximas reuniões da Câmara: 1) conceituar criticidade; 2) distinguir escassez hídrica natural de conflito de demanda; 3) conceituar aspectos quali-quantitativos de criticidade, considerando águas superficiais e subterrâneas; e 4) oferta real vs oferta legal.

Também como encaminhamento para a próxima reunião, a Secretaria Executiva consultará a CONJUR/MMA sobre a legalidade da iniciativa do poder público na emissão de atos de cadastro ou outorga (há a competência legal do estado de cadastrar o usuário

de recursos hídrico, ou mesmo emitir outorga de direito de uso do recurso hídrico de forma impositiva?).

- 111ª reunião

Informe sobre o memorando enviado à CUNJUR/MMA solicitando esclarecimentos quanto a competência legal do estado para cadastrar ou emitir outorga de direito de uso de recursos hídricos de forma impositiva: foi elaborado um Memorando pela Secretaria Executiva do CNRH e enviado à CONJUR/MMA solicitando esclarecimentos sobre o assunto.

No entanto, a resposta da CONJUR apenas solicitava maiores detalhes sobre em quais casos pretende-se impor a outorga de uso de recursos hídricos sem a solicitação do usuário, e explicações sobre os motivos que justificassem o ato neste sentido. O **Sr. Luciano Meneses** relatou que a ANA passou por esta situação em 2003, quando na bacia do Rio Piranhas-Açu foram cadastrados diversos usuários da bacia com a finalidade de regularização de uso através da outorga. Segundo ele, quando o processo de outorga chegou na procuradoria da ANA para regularização dos usuários, as outorgas não foram emitidas por não ter havido a solicitação formal dos usuários, ou o requerimento de outorga pelos usuários, tendo sido o órgão gestor o motivador da solicitação de cadastramento. Na época foi necessária nova campanha para a assinatura dos usuários no requerimento de outorga.

A **Sra. Celia Poeta** comentou que foi solicitado à advogada do DAEE/SP contribuições acerca do assunto, obtendo como resposta, dentre outras questões, que a resolução do CNRH que disciplinará acerca da presente questão estará conflitando com o previsto na Lei Federal nº 9.984, de 17 de julho de 2000, pois esta refere-se *a pedidos* de outorga de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União - inciso V, do artigo 12. Em seus comentários a advogada conclui que “uma norma do CNRH não deve conflitar com lei federal. Dentro da hierarquia das leis isso é inadmissível e ilegal”. Portanto, considerando-se a legislação citada, a CTPOAR entendeu que a proposta apresentada não deve constar em uma norma do CNRH.